



*Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil
(texto na pág. 21)*

CAPES

**BOLETIM INFORMATIVO DA COORDENAÇÃO DO
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**



**COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

Conselho Deliberativo

Presidente

Flávio Suplicy de Lacerda
Ministro da Educação e Cultura

Membros

Raimundo Augusto de Castro Moniz de Aragão
— Diretor do Ensino Superior

Antônio Moreira Couceiro
— Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas

Paulo de Góis

Carlos Alberto Del Castillo

Oswaldo Gonçalves de Lima

Métri Bacila

Frederico G. Brieger

Pedro Paulo Penido

Ernâni Braga

Diretora-Executiva

Suzana Gonçalves

Av. Marechal Câmara, 210, 8º e 9º andares — C. Postal, 5185
- End. teleg. EDCAPES - Tel. 52-9072 - Rio de Janeiro, GB - Brasil

**PROGRAMA PARA O APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO
SUPERIOR NO CAMPO DAS CIÊNCIAS**

Emprestando poderosa cooperação aos objetivos prefixados pelo Conselho Federal de Educação, com vistas ao aperfeiçoamento dos quadros universitários brasileiros, ou seja, à formação de uma nova geração de professores à altura dos padrões de ensino e de pesquisa requeridos pela estrutura universitária brasileira, a Fundação Ford acaba de atribuir à CAPES a maior doação que, dentre as destinadas por essa benemérita instituição, já foi feita ao nosso país, para aperfeiçoamento de pessoal docente nos campos da Física, da Química, da Matemática, da Biologia, da Genética e da Geologia. O valor do auxílio totaliza US\$ 1,130.000.00.

O projeto supõe a concessão de bolsas de um ano de duração, em nível avançado e a serem usufruídas em Centros de Treinamento nacionais, previamente selecionados, de acordo com os requisitos indispensáveis a credenciá-los a conduzir, com a necessária proficiência, o programa de aperfeiçoamento e atualização que se tem em vista. Os cursos a serem ministrados nesses Centros de Treinamento objetivam: a) Preparação, em regime de tempo integral, de elementos de nível superior formados há pouco tempo e que se distinguiram em seus respectivos cursos de graduação possibilitando-lhes o aperfeiçoamento em nível avançado. Procura-se, assim, estimular a obtenção do grau de Mestre em Ciências e a iniciação na pesquisa científica, como base para a carreira universitária; b) Aperfeiçoamento, em regime de tempo integral, de jovens docentes. Destina-se o curso a instrutores universitários ou pesquisadores, para possibilitar-lhes a execução de programas específicos de estudo e familiarizá-los com novos métodos, técnicas e processos científicos.

Além destes dois tipos de cursos, os Centros de Treinamento organizarão cursos formais de revisão, para membros mais antigos das Faculdades. São cursos intensivos, de curta duração, a serem ministrados nos próprios Centros ou nas Universidades a serem auxiliadas e que visam renovar os conhecimentos do professorado universitário, de várias regiões do país, fornecendo-lhe aperfeiçoamento especial.

Aos elementos que mais se distinguirem, serão oferecidas bolsas de aperfeiçoamento ulterior em centros estrangeiros.

O aperfeiçoamento do professorado universitário brasileiro é problema prioritário, de cuja solução depende a transformação da estrutura do ensino superior do país, pois os padrões de ensino são estritamente condicionados pela qualidade dos professores.

A ênfase principal deste programa de aperfeiçoamento situa-se no campo das ciências básicas, por ser justamente aquela em que as deficiências se fazem sentir de maneira mais aguda.

Por outro lado, deve-se ressaltar que a melhoria do professorado universitário só poderá realçar a elevação dos padrões de ensino, quando acompanhada pela adoção progressiva do regime de tempo integral, sempre que este se fizer indicado. A este imperativo já se abriram as Universidades brasileiras

O momento, pois, é extremamente propício para o estabelecimento de um programa de aperfeiçoamento de pessoal de ensino superior.

A doação generosa da Fundação Ford permite à CAPES somar aos seus recursos uma substancial ajuda que possibilitará a aceleração, no prazo de três anos, da preparação atualizada dos quadros universitários brasileiros.

As bolsas terão presentemente o valor de Cr\$ 210.000,00 mensais, e também incluirão as despesas de viagem do bolsista e de sua família. Levando em consideração que a aceitação de um bolsista envolve despesas para a instituição que o acolhe, a CAPES colocará à disposição dos Centros de Treinamento uma quantia igual a 1/12 do estipêndio anual do bolsista.

De sua parte, a CAPES, dentro das disponibilidades que lhe oferece o orçamento para 1965, procurará integralizar o projeto de formação de pessoal pós-graduado, atuando naquelas áreas que não foram previstas pelo Projeto Ford e cobrindo os campos prioritários fixados pelas diretrizes elaboradas por seu Conselho Consultivo, como normas a vigir para o planejamento da aplicação de seus recursos.

De tal sorte, visando prover oportunidade de aperfeiçoamento dos quadros profissionais de nível superior reclamados pelas necessidades de desenvolvimento econômico do país e a melhoria das condições de ensino e pesquisa em nossas instituições universitárias, a CAPES pretende realizar um esforço planejado cuja resultante, após três anos de aplicação, por certo, virá contribuir poderosamente para a transformação do nível universitário brasileiro.

FORUM DE OPINIÕES

Reforma Universitária

«A Universidade brasileira necessita de uma reforma profunda, pois não está atendendo ao que o desenvolvimento do país exige. Não temos capacidade docente para atender à demanda de jovens que batem às nossas portas. Não estamos atendendo à pesquisa científica e tecnológica. Precisamos de recursos. Sem esses recursos, uma ou mais gerações de brasileiros poderão ser frustradas».

Decano da Universidade do Brasil para os assuntos da reforma universitária, o professor Paulo de Góis fez as declarações acima na oportunidade da visita do professor Otávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda, ao Conselho Universitário da UB.

Em continuação, disse o professor Paulo de Góis que não se pode pensar em reforma universitária sem tempo integral, pois os baixos honorários dos professores já fazem prever o êxodo de professores e cientistas para o exterior; que, a menos que se tomem medidas concretas, a reforma universitária transformar-se-á num documento abstrato; e que os honorários atuais são humilhantes, pois a lei em vigor cancelou a anterior, que concedia de 75 a 100% para o tempo integral, além de gratificação de risco de vida e outras vantagens.

Rapazes preparados pela Universidade, com sacrifício, há 10 ou 15 anos, disse o professor Paulo de Góis, estão sendo contratados por países estrangeiros, em especial da América Latina, que, cômicos da necessidade de uma tecnologia, lhes

pagam de mil a mil e quinhentos dólares.

A Educação como Investimento

Transcrevemos, parcialmente, editorial do **O Estado de S. Paulo** em torno de trabalho do professor Eugênio Gudín quanto à educação como fator de progresso:

Em um estudo publicado no número de maio-junho do **Digesto Econômico** sob o título «A Reforma do Homem», o prof. Eugênio Gudín demonstrou que as «pesquisas da análise econômica do desenvolvimento convencem de que o elemento humano é o fator preponderante do progresso, mais que o Trabalho e o Capital». E apóia a sua demonstração sobre diferentes estudos de Robert Solow para os Estados Unidos no período de 1900/1949, de Aukrust para a Noruega no período 1900/1955 e de um grupo de economistas ingleses no período 1948/54 nos quais se patenteia que entre as componentes do progresso econômico — Trabalho, Capital e Melhor técnica e organização — foi a técnica e organi-

zação que exerceu nêle maior influência. «Tudo isso demonstra, assinala o ilustre economista, que é a capacidade do «homem» o fator decisivo do desenvolvimento econômico e portanto da possibilidade ou não de produzir o necessário para prover a todo ser humano um padrão de vida digno». Não é de estranhar, portanto, que os economistas tenham «reclamado, nestes últimos anos, a prioridade para a educação, isto é, para o investimento no homem, em relação ao investimento nas coisas». Reforçando esta afirmação, o prof. Eugênio Gudín lembra Walter Heller, conselheiro econômico de Kennedy, que afirma ser a contribuição do «capital humano» (preparo tangível, preparo científico, técnicas, invenções) mais importante do que usinas e maquinarias e cita, expressamente, Milton Friedman, «um dos mais brilhantes economistas vivos»: «Nós começamos a compreender que a primazia que temos até agora dado aos elementos físicos da produção não é compensadora. Começamos a duvidar da real influência que a quantidade de capital físico exerce sobre o desenvolvimento econômico. E na análise final, concluímos que o fator primordial é a tecnologia, e isto quer dizer a remoção da ignorância».

Estas oportunas considerações sobre a educação como fator relevante do progresso econômico revestem-se de especial significado se considerarmos os índices por que

se traduz a triste realidade do ensino brasileiro. As deficiências quantitativas e qualitativas da nossa escola constituem um dos mais graves pontos de estrangulamento do nosso desenvolvimento econômico e social. Apesar dos insistentes empenhos dos educadores ao reclamar para a instrução primária, média e superior o tratamento prioritário que ela merece, entre os vários problemas nacionais, não cuidaram até agora os nossos governantes de enfrentar com tenacidade e persistência as carências educacionais que se acumularam no transcorrer de nossa evolução histórica. «Nunca houve nesta República, afirmou no seu estudo o prof. Eugênio Gudín, um governo que demonstrasse a compreensão de que a Educação é o maior problema nacional e que a ela dedicasse a primazia do esforço e dos recursos do país». Por este motivo, parece-nos inteiramente acertado o prognóstico com que finaliza o seu oportuno ensaio: «O quadro político da sucessão presidencial deverá definir-se em fórmulas concretas de programas de governo. Se houver nesse quadro um bom brasileiro, disposto a sacrificar-se no combate à inflação e a erigir a Educação (em todas as suas modalidades) na principal meta de governo, e se os Deuses o levarem ao poder, então, sim, poderão os brasileiros alimentar a esperança de construir uma grande nação». Não devemos, entretanto, esperar pela sucessão e pelos favo-

res dos deuses. A expansão progressiva do ensino primário e médio e a melhoria das condições do ensino superior devem ser, ao lado do combate à inflação, o grande objetivo do Governo Revolucionário.

Programa de Ação Educacional

Em declarações prestadas a um matutino carioca, o professor Francisco da Gama Lima Filho, ex-diretor do Departamento Nacional de Educação e do Departamento de Educação Primária da Guanabara, lembrou que, no Brasil, 52% dos habitantes têm idade inferior a 18 anos, com a subparcela de 25 % nos grupos etários compreendidos entre 5 e 14 anos, para acrescentar:

«No regime democrático a educação é um direito de todos e deve ser proporcionada em sistema de iguais oportunidades. Daí a impressionante responsabilidade do Estado na assistência educativa às camadas mais jovens. Comprovando nossas carências no plano do ensino, mais de 7 milhões de crianças são conservadas fora da escola primária, ainda neste ano de 1964. E como nos encontramos sob o impacto do desenvolvimento urbano e industrial, não é possível continuarmos a perder, num processo de verdadeira descapitalização nacional, a imensa riqueza representada pelos jovens sem escola».

Citando o número de adolescentes e adultos analfabetos e semi-alfabetizados, 20 milhões em todo o

país, o professor Gama Lima Filho afirmou:

«O que se aplica em educação não pode ser considerado despesa e sim investimento de alta rentabilidade e a curto prazo. Não é, assim, possível, nos programas de governo, que se prossiga tratando a educação como gasto de custeio, quando, na realidade, é ela o melhor investimento rumo ao progresso e à verdadeira democracia».

O entrevistado propôs um programa de ação educacional a curto prazo, em vinte pontos:

1) Estabelecimento de plano de educação com prioridade de verbas e com a mobilização dos Podêres Públicos, da iniciativa privada e de todas as agências sociais: igrejas, associações, entidades profissionais e científicas, para uma decidida campanha contra o analfabetismo e o semi-alfabetismo.

2) trabalho imediato visando à recuperação social dos adultos e adolescentes analfabetos.

3) expansão da escola primária, ampliando-se o tempo de permanência da criança na escola, no mínimo, durante seis anos.

4) programa de revisão, atualização e enriquecimento do ensino primário, em cujas últimas séries devem ser ministradas, inclusive, artes aplicadas relativas à iniciação profissional.

5) instalação gradativa de sistema de orientação educacional na escola primária, com a indispensável associação entre pais e professores.

6) desenvolvimento do ensino secundário, que deve ser ampliado e diversificado no sentido de melhor atender às diferenças individuais e à diversidade de destino dos alunos.

7) ampliação do sistema de bolsas de estudos para alunos do segundo grau.

8) dinamização dos Fundos Nacionais do Ensino Primário e Médio, com a finalidade de incentivar a ampliação e o aprimoramento da rede escolar e possibilitar melhores salários para os professores.

9) incentivo às atividades extra-classe, inclusive aos grêmios estudantis.

10) estímulo à ampliação das matrículas nos cursos superiores e aperfeiçoamento das escolas existentes, especialmente as de engenharia aplicada, química e física.

11) implantação de um sistema de bolsas de estudos, permitindo o atendimento aos estudantes, para não serem forçados ao trabalho enquanto estudam.

12) regime de orientação profissional que possibilite aos candidatos ao ensino superior as oportunidades do conhecimento das perspectivas e características das diferentes profissões de nível universitário.

13) adequada assistência educacional ao menor de 14 a 18 anos que trabalha, para que no regime dos contratos de aprendizagem seja tratado como um educando e não como simples serviçal, mobilizado pelas empresas.

14) instalação gradual de conselhos de orientação profissional, que supervisionem, encaminhem e acompanhem o trabalho e a formação profissional dos alunos nas municipalidades e nos bairros e regiões dos maiores centros urbanos.

15) mobilização de recursos e incentivo às instituições que se destinem à assistência dos infradotados, aos deficientes mentais e sensoriais.

16) estímulo, nos cursos elementares e médios, ao preparo de uma elite técnica e científica, com auxílios e cursos para os supradotados, que devem ser assistidos de modo especial.

17) cuidados especiais, em todos os graus, na formação cívica, social, moral, estética e física das novas gerações.

18) estímulo às letras e às artes, mediante esquema variado de trabalho que enseje o aprimoramento das aptidões e tendências.

19) incentivo aos institutos de pesquisa científica nos diversos centros universitários do país.

20) desenvolvimento de programas de divulgação cultural, através do cinema, rádio e televisão.

NOTICIÁRIO

Educar e Curar

Ao agradecer o título de doutor *honoris causa* da Universidade da Bahia, o sr. Presidente da República declarou, no seu discurso:

«Em meio aos múltiplos e graves problemas com que se defronta o governo, nada suscita preocupação igual à que decorre do empenho em vencer a luta contra o analfabetismo e as enfermidades...

«... Educar e curar são hoje, na realidade, objetivos inseparáveis das transformações que deverão ser vigorosamente asseguradas aos brasileiros. Na prática, apresentados nas suas linhas mais simples, eles se traduzem na necessidade de propiciar ao país número sensivelmente maior de ambulatórios e de salas de aula. São pontos de apoio indispensáveis, e sem os quais a administração pública não realizará o que considera dever elementar. Assim, quer o Ministério da Educação, quer o Ministério da Saúde, cada qual dentro das suas atribuições, está decididamente voltado ao trabalho de fazer com que o Brasil tenha menos doentes e menos analfabetos».

Professores

Com a participação de várias centenas de professores, representando 84 países, reuniu-se, no edifício-sede da UNESCO, em Paris, em agosto, a XIII Assembléia da Confederação Mundial de Organizações do Professorado.

Além do tema central da Assembléia — a compreensão internacio-

nal através do ensino sobre as Nações Unidas — foram objeto de estudos e debates a educação de adultos, o ensino normal, a educação física e a recreação, o ensino técnico-profissional e a utilização de recursos audiovisuais.

Prêmio Nami Jafet de 1964

O Prêmio Nami Jafet de 1964 foi concedido ao Instituto de Biofísica, da Universidade do Brasil, e ao cientista Marcelo Dami de Souza Santos, professor de Física Geral e Experimental da Universidade de São Paulo, ex-presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear e ex-diretor do Instituto de Energia Atômica da USP.

O Prêmio Nami Jafet consta de medalha, diploma e três milhões de cruzeiros.

Professor Emérito

O professor Fernando São Paulo, catedrático aposentado de Terapêutica, cargo que exerceu por mais de 30 anos, foi agraciado com o título de Professor Emérito da Faculdade de Medicina, em cerimônia na Reitoria da Universidade da Bahia.

Prêmio Moinho Santista de 1964

Foram contemplados com o Prêmio Moinho Santista de 1964 os professores Gilberto Freire (Ciências Sociais) e Miguel Reale (Ciências Jurídicas), o primeiro pelo conjunto da sua obra, o segundo pela teoria tridimensional do Direito, de sua autoria.

Valdemar Ferreira

Faleceu, a 10 de agosto, em São Paulo, o jurista Valdemar Ferreira, catedrático aposentado de Direito Comercial e Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Congressos

* Estão sendo distribuídos circulares e prospectos anunciando a realização, entre 4 e 9 de janeiro de 1965, no Centro Técnico de Ae-

ronáutica, em São José dos Campos, SP, do I Congresso Nacional de Engenharia Eletrônica.

* Em julho, teve lugar, em Belo Horizonte, o V Congresso Brasileiro de Neurocirurgia, com a participação de especialistas brasileiros e convidados estrangeiros. O próximo Congresso será em São Paulo.

* O IX Congresso Brasileiro de Veterinária desenvolveu os seus trabalhos, em julho, na Escola de Medicina Veterinária da Bahia.

* Com a participação de delegados de 37 países, esteve reunido, em agosto, no Copacabana Palace, o VII Congresso Internacional de Pontes e Estruturas. Compareceu ao Congresso o professor Fritz Stussi, da Suíça, presidente da Associação Internacional de Pontes e Estruturas.

* Entre 27 de julho e 1º de agosto esteve reunido, em Belo Horizonte, o V Congresso Brasileiro de Reumatologia.

ESTUDOS E ATIVIDADES DA CAPES

Diretrizes e Normas de Ação da CAPES

O Conselho Deliberativo da CAPES, em sessão realizada a 4 de agosto, fixou as seguintes diretrizes para a aplicação dos recursos da entidade nos campos prioritários prefixados, em articulação com a Diretoria do Ensino Superior do MEC e o Conselho Nacional de Pesquisas:

1. Objetivos da CAPES

1.1— Colaborar no aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, estimulando, in-

clusive, a criação de cursos pós-graduados nas áreas definidas como prioritárias.

1.2— Colaborar na formação e aperfeiçoamento de pessoal docente universitário.

1.3— Auxiliar técnica e financeiramente as Universidades, Escolas Superiores isoladas e Institutos científicos na aquisição de equipamento, implantação de regime de tempo integral para o corpo docente, e construção de obras civis.

1.4— Promover nas Universidades a integração do ensino e da pesquisa de alto nível, aglutinando as disciplinas afins em núcleos de concentração de cursos.

2. Campos prioritários

Os objetivos acima serão atendidos nos seguintes campos:

2.1— Desenvolvimento

a) Ciências Básicas

Matemática

Física

Química

Biologia

b) Tecnologia

Engenharia

Química

2.2— Bem-Estar

a) Ciências Médicas

b) Agronomia

3. Processo e normas de ação

3.1— **Planejamento global** — integrar o planejamento da CAPES nas diretrizes da DE Su, e em concordância com o Conselho Nacional de Pesquisas.

3.2— **Realizar levantamentos** das instituições de ensino superior no país, objetivando:

a) necessidade de pessoal

b) necessidade de equipamento

c) disponibilidade de aceitação de candidatos.

3.3— **Definir** os Centros de aperfeiçoamento prioritários em cada campo de ensino superior, visando melhor aproveitamento e rentabilidade dos recursos disponíveis, tendo em vista a conjuntura nacional.

3.4— **Definir** a execução dos programas de bolsas de estudos e de equipamentos, orientando a concentração de recursos, visando a rápida conclusão dos Institutos já contemplados com auxílios.

3.5— **Condicionar** a celebração de convênios e a atribuição de auxílios e de bolsas à adoção de tempo integral.

3.6 — **Planejar a utilização dos recursos** da CAPES de modo que 70% do total orçamentário sejam para atendimento dos programas prefixados pelo Conselho Deliberativo, e 30% para atendimento de solicitações não programadas.

3.7 — **Exigir nos convênios** a co-responsabilidade dos órgãos deliberativos próprios das Universidades e instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, de tal sorte a assegurar a continuidade da execução dos programas estimulados pela CAPES.

3.8 — **Verificar** o cumprimento dos convênios e auxílios firmados.

4. Programa imediato

4.1 — **Definir** as áreas de ação da CAPES, fixando o quantitativo a ser aplicado em cada área, e baseando-se nos seguintes documentos:

- a) Plano da DESu (COPLAN)
- b) Plano Quinquenal do CNPq
- c) Proposta orçamentária
- d) Plano da Fundação Ford
- e) Plano do BID

4.2 — Uma vez definidas as áreas de ação, constituir comissões específicas para cada um dos campos seguintes:

- a) Engenharia
- b) Química
- c) Medicina
- d) Agronomia
- e) Filosofia (CADIFF)

Estas comissões deverão elaborar um plano semelhante ao que foi feito para o ensino médico.

4.3 — O Conselho Deliberativo fará a harmonização dos estudos de cada área, atribuindo as responsabilidades da DESu, do CNPq e da CAPES.

Bolsas de Pós-Graduação no País

Diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo da CAPES em sessão de 26.8.64.

A concessão se fará ao candidato indicado por instituição universitária e aprovado pelo Centro de pós-graduação onde se realizará o curso, comprometendo-se a instituição de origem a utilizar o bolsista depois de qualificado.

Tôdas as bolsas de pós-graduação no país, concedidas pela CAPES, exigem dedicação exclusiva.

Valor:

I — A serem usufruídas no local de residência dos candidatos:

Complementação até Cr\$ 210.000,00 mensais.

II — A serem usufruídas com deslocamento dos candidatos:

Cr\$ 210.000,00 mensais e passagem de ida e volta.

Convênios da CAPES com Estabelecimentos de Ensino

No Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, em cerimônia presidida pelo Ministro Flávio Lacerda, e na presença do Ministro da Agricultura Professor Hugo Leme, do Diretor do Ensino Superior, Professor Moniz de Aragão, do Conselho Deliberativo da CAPES e de sua Diretora-Executiva, Professora Suzana Gonçalves, foi assinada mais uma série de convênios estabelecidos entre a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os seguintes centros de ensino do país: Instituto Militar de Engenharia, Universidade de Juiz de Fora, Universidade Católica de Petrópolis, Escola de Agricultura Luís de Queirós e Escola de Agronomia de Areia, na Paraíba.

Pelos termos do convênio estabelecido com essas duas últimas entidades, a CAPES destinou a importância de 36 milhões de cruzeiros para o início de um programa de cooperação, cuja duração terá o prazo de três anos, de tal sorte que possibilite a implantação, no Nordeste, de um centro de estudos agrônomicos exigidos pelas necessidades de desenvolvimento

da região. A Escola Luís de Queirós fornecerá os técnicos e docentes a cuja responsabilidade fica atribuída a tarefa de organização dos cursos a serem iniciados em Areia e, por sua vez, receberá professores da referida Escola para treinamento em Piracicaba.

A aplicação dos recursos será feita pela Comissão de Coordenação do Plano, constituída pelo Diretor e dois professores da Escola de Agronomia do Nordeste e o Diretor e dois professores da Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós.

Trata-se de iniciativa pioneira, no plano da qualificação de centros regionais de ensino, oferecendo perspectiva para ulterior aplicação de seus métodos e critérios em outros campos de ensino superior, dentro do esforço e da compreensão de uma política objetiva de educação para o desenvolvimento.

O convênio entre a CAPES e o Instituto Militar de Engenharia fixa atribuições que competem às duas entidades. É de se destacar, no corrente ano, o sentido deste convênio, pois marca o início de uma nova fase de maior entrosamento entre os referidos organismos, quando já o Instituto Militar de Engenharia passou, a partir de 1964, inclusive, a contar, em seu corpo discente, alunos civis, para uma maior e efetiva contribuição nesta importante e indispensável tarefa de dar ao Brasil, cada ano, maior número de engenheiros de sólida formação.

MUNDO UNIVERSITÁRIO

Forum de Reitores

A 17 e 18 de agosto teve lugar, sob a presidência do sr. Ministro da Educação, a IV Reunião Nacional de Reitores, no auditório do Palácio da Cultura, para apreciação do seguinte temário:

— projeto de lei que regula a representação estudantil nos órgãos colegiados de ensino superior;

— projeto de lei sobre pessoal docente de nível superior relativamente ao seu regime jurídico (Estatuto do Magistério);

— gratuidade do ensino e bolsas de estudo para estudantes carentes de recursos.

Estiveram presentes, como participantes da Reunião, os Reitores das Universidades federais e das Universidades católicas, da Universidade Mackenzie e das Universidades da Guanabara e de São Paulo, e diretores de escolas superiores.

O primeiro ponto do temário foi apresentado pelo sr. Ministro da Educação, que comunicou aos Reitores que o governo não faria modificações no projeto original, mas encaminharia ao Congresso as emendas que os Reitores julgassem indispensáveis. O projeto institui o Conselho Nacional de Estudantes e Diretórios Estaduais de Estudantes, mantendo Diretórios Acadêmicos em cada unidade de ensino superior. Os Reitores assinaram moção de aplauso ao projeto (que já se encontra em mãos do sr. Presidente da República) porque «res-

taura a dignidade perdida pelos órgãos de representação estudantil; instaura a prática da vida democrática nas entidades estudantis, com a obrigatoriedade do voto; cria condições para que o estudante, integrado na comunidade universitária, participe da elaboração do pensamento político da Nação; transfere a atividade política estudantil, como convém à autenticidade da vida democrática, para os partidos políticos; estabelece, pela primeira vez, uma sistemática para os órgãos de representação estudantil; empresta ao estudante a responsabilidade que ele deve ter no manejo dos dinheiros públicos e afasta as possibilidades de atentados contra a autonomia das Universidades e dos Estados». Os Reitores também se dirigiram ao Congresso Nacional, na esperança de que não permita que se desnature, mais uma vez, a vida universitária brasileira.

Coube ao professor Moniz de Aragão, diretor do Ensino Superior, apresentar o Estatuto do Magistério, ainda em anteprojeto. O documento, a que os Reitores deveriam dar redação final, através de emendas a serem discutidas e vo-

tadas no próximo Forum, consta de seis títulos, um deles classificando os cargos de magistério em professor assistente, professor adjunto e professor catedrático.

Foi aprovada a redação final do projeto de gratuidade do ensino, após a intervenção, em apertes e emendas, de vários Reitores. Em linhas gerais, o projeto — que obedece à Lei de Diretrizes e Bases, quando determina a matrícula gratuita dos estudantes sem recursos e a concessão de bolsas para custeio total ou parcial dos seus estudos — estabelece que, na cobrança das contribuições escolares e na distribuição de bolsas de estudo, as Universidades adotem as seguintes normas: a) os estudantes comprovadamente carentes de recursos terão direito a matrícula gratuita nos estabelecimentos federais de ensino; b) aos estudantes que demonstrem necessidade e aptidões serão concedidas, além da isenção de taxas escolares, bolsas para custeio total ou parcial dos estudos.

Os participantes elegeram São Paulo como sede da V Reunião, a ter lugar nos dias 9 e 10 de outubro, quando se dará redação final ao Estatuto do Magistério e serão estudados os concursos de habilitação e o aperfeiçoamento do pessoal docente (Centro de Treinamento Avançado e Pesquisas Universitárias).

Forum Universitário

Por ato ministerial foi regula-

mentada a organização e funcionamento do Forum Universitário, que terá como membros os Reitores das Universidades brasileiras, o diretor do Ensino Superior do MEC e um representante dos estudantes universitários, sob a previdência do titular da Educação e Cultura.

A Diretoria do Ensino Superior funcionará como secretaria-geral do Forum que terá por objetivo:

1 — promover o intercâmbio de informações entre as Universidades brasileiras;

2 — promover debates sobre os problemas universitários;

3 — estabelecer sistemas de colaboração interuniversitárias;

4 — promover o aperfeiçoamento dos processos de ensino e a intensificação da pesquisa básica e tecnológica;

5 — propor as reformas do Ensino Universitário no País, necessárias, tendo em vista as condições criadas pela evolução da ciência e da técnica, e a conjuntura nacional;

6 — estabelecer bases para ação harmônica das Universidades, dentro de uma política nacional de ensino superior condizente com o desenvolvimento do país e as suas condições sócio-econômicas e financeiras.

O Ministro da Educação constituirá comissões especiais, cujos membros serão indicados pelo Forum, e destinadas a estudar a adaptação das construções universitárias às condições regionais, para baratear os custos e simplificar os

planos de obras, de acôrdo com a conjuntura econômica do Brasil e as novas concepções desse gênero de edificações, bem como sugerir medidas para o barateamento do livro didático e ampliação da assistência ao estudante.

As resoluções aprovadas pelo Fórum Universitário, relativamente à reforma universitária, serão encaminhadas pelo Ministro da Educação ao Conselho Federal de Educação, para a devida apreciação, como subsídios.

Faculdades de Medicina

Em Poços de Caldas, MG, com a participação de representantes de todos os países latino-americanos, à exceção do Uruguai, tiveram lugar, conjuntamente, de 16 a 25 de agosto, a IV Conferência de Faculdades Latino-Americanas de Medicina e a II Reunião Anual da Associação Brasileira de Escolas Médicas.

O temário da IV Conferência era o seguinte:

— Normas para o funcionamento de centros de formação e aperfeiçoamento científico e docente para professores e pesquisadores.

— Requisitos mínimos para o funcionamento de novas Escolas de Medicina e definição precisa de capacidade docente.

Os membros da II Reunião Anual debateram o seguinte temário:

— Pedagogia aplicada à Medicina: a) metodologia do ensino mé-

dico; b) vocação professoral; c) relações professor/aluno.

— Internato e Residência.

Na mesma ocasião, a Federação Pan-Americana de Associações de Faculdades (Escolas) de Medicina realizou uma reunião principal desde a sua constituição em 1961, a fim de renovar os seus quadros. A nova diretoria da Federação Pan-Americana ficou assim constituída: Presidente — Amador Neghme R. (Chile); vice-Presidente — professor Gabriel Velázquez Palau (Colômbia); tesoureiro — John Cooper (Estados Unidos). Foram escolhidos Conselheiros — para os Estados Unidos e Canadá (mandato de seis anos), professor Jacques Lusnier (Canadá); para o México, América Central e Antilhas (mandato de dois anos), professor José Miguel Torre (México); para a América do Sul (mandato de 4 anos), professor Juan Antonio Orfila (Argentina). Foi escolhido diretor-executivo o brasileiro Ernâni Braga. A Federação reúne 201 das 208 Faculdades de Medicina existentes no Hemisfério Ocidental.

Estiveram presentes, entre outras personalidades, o vice-governador de Minas Gerais, sr. Clóvis Salgado, ex-Ministro da Educação; Amador Neghme, delegado do Chile e presidente da Federação Pan-Americana; Abraham Smith, diretor da Organização Mundial de Saúde; Suzana Gonçalves, diretora da CAPES; Robert Berson, presidente da Associação Norte-Americana de Escolas Médicas; Edward Briggs,

do Departamento de Educação Médica da Universidade de Buffalo, e José Luís Flôres Soares, presidente eleito da Associação Brasileira de Escolas Médicas.

Explicando os objetivos do conclave, o professor Oscar Versiâni Caldeira, presidente da ABEM, fez um apêlo no sentido do retôrno do horário integral como condição fundamental para a existência da investigação científica:

«... Na investigação científica repousa a única possibilidade de conquistar a independência, de romper os grilhões do subdesenvolvimento, de promover a grandeza de qualquer povo.

«... Não se fará investigação científica sem o regime de tempo integral, conceituado como dedicação exclusiva. Não haverá pesquisadores que, mesmo tendo ideal, possam manter suas atenções prêsas à pesquisa, quando seu lar não se encontra suficientemente tranqüilo.

«As inquietações financeiras forçosamente vão prejudicar o mais sublime idealismo. Que o Presidente da República receba com benevolência o apêlo que vamos dirigir-lhe em favor do ensino e da pesquisa, além da manutenção condigna do regime de tempo integral, agora gravemente atingido pela nova legislação».

O delegado chileno Amador Neghme disse que «a ciência tem por postulados a liberdade e a verdade, não admitindo, portanto, quaisquer

interferências», e acrescentou que o certame devia «buscar sobretudo a democratização da ciência médica e o fortalecimento das associações nacionais de Escolas de Medicina».

A professora Suzana Gonçalves, diretora-executiva da CAPES, pronunciou o seguinte discurso:

«O problema da investigação da educação médica, em função das necessidades sociais do Hemisfério, objetivo maior da Federação Pan-Americana de Associações de Faculdades de Medicina, empresta às suas finalidades uma dimensão de incontestável relevância.

«Colocando a ciência ao serviço do bem-estar da humanidade e, mais precisamente, das áreas a que é chamada a atender, transforma-a, para o eficaz atendimento destes alevantados objetivos, em pesquisa interessada, ou seja, em fonte de solução de problemas específicos. Vale dizer, de problemas cuja equação só poderá ser formulada a partir do conhecimento de dados reais, em vinculação com as peculiaridades do contexto, que não advêm apenas, da raça, do clima, do regime alimentar, dos hábitos e da cultura, mas são estreitamente dependentes das condições de desenvolvimento de cada região.

«A América Latina, em sua realidade sociológica, não se apresenta como um todo de características bem definidas. Isto é, como uma realidade física monolítica, contendo uma só realidade social. A imagem do arquipélago mais uma vez se apresenta com força singular de

sugestão. Trata-se de um todo diversificado, somando um pluralismo de realidade díspares.

«Se o subdesenvolvimento é o dado elementar sobre o qual se estabelece um raciocínio que conduza, imperativamente, a urgentes reivindicações de dignidade humana, nem por isto, senão por isto mesmo, o esforço que se apresenta como a tarefa máxima desta geração, em vista da criação de condições, que permitam a nossos povos dinamizar o seu processo evolutivo, acentua, não raro, na complexidade das alternativas que se lhe apresentam, as disparidades já existentes. E estas disparidades não se manifestam, apenas, entre países, mas entre as próprias regiões de cada um deles.

«À educação, entendida como pré-requisito do desenvolvimento, compete uma função de promoção humana e social, cujo alcance pode ser medido a partir dos índices de analfabetismo e das baixas taxas sanitárias, que colocam este Hemisfério na faixa do Terceiro Mundo, aquêle que está a reclamar da humanidade um senso lúcido de dever, na tomada de consciência de problemas que não se podem mais postergar e a cujo desafio só aqueles que encontram na missão de servir a justificativa de seus levantados ideais estão aptos a trazer as respostas compatíveis.

«Uma destas respostas, no plano da educação, é a que se busca neste encontro de Poços de Caldas.

«Em nome da Diretoria de Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura, por delegação de seu titular o Professor Raimundo Moniz de Aragão, também êle illustre médico e universitário, e em nome da CAPES, ou seja, da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a todos quantos, pois, eminentes professores e profissionais da Medicina, provindos de todos os quadrantes de nosso Continente e ora congregados nesta Semana de Estudos, as minhas saudações muito sinceras, na certeza de que serão fecundos e da mais alta projeção científica, pedagógica e social os seus trabalhos.»

Formação de Professores e Pesquisadores de Medicina

Coube ao professor Rubens Maciel, da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, a elaboração do relatório final do tema nº 1 da IV Conferência de Faculdades Latino-Americanas de Medicina — normas para o funcionamento de centros de formação e aperfeiçoamento científico e docente para professores e pesquisadores.

Reproduzimos abaixo o trabalho do professor Rubens Maciel:

«A Conferência considera indispensável incrementar de imediato a formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, destinados a ampliar o quadro de pessoal das Faculdades de Medicina existentes e a constituir o das que venham a ser criadas.

«Centros de ensino e investigação, que atendam a êsse propósito, constituem um meio altamente adequado e eficiente de formação de pessoal, não só para o ciclo básico, mas também para o ciclo clínico e para a prática e desenvolvimento da Medicina Preventiva. A utilização crescente de tais Centros por bolsistas dos diferentes países americanos será mais um poderoso instrumento de aproximação, solidariedade e ajuda mútua entre os povos do Continente e representará uma forma valiosa de concretização dos ideais representados pela Federação Pan-Americana de Associações de Faculdades de Medicina.

«Terão a categoria de Centros de Pesquisa e Treinamento Avançado em Ciências Médicas (chamados de diferentes formas pelos diversos grupos) aquelas instituições ou entidades, vinculadas necessária ou preferencialmente a Universidades ou institutos de ensino superior, reconhecidos pela Federação Pan-Americana de Associações de Faculdades de Medicina, que se destinem à realização de investigações científicas e, de modo especial, à formação e aperfeiçoamento científico, pedagógico e técnico de docentes-pesquisadores, no campo das ciências médico-biológicas. As características os objetivos e os métodos desses Centros fazem-nos inteiramente distintos dos cursos ou institutos de pós-graduação, com os quais não devem ser confundidos. A organização dos Centros, respeitado um esquema estrutural mínimo que permita o emprêgo de cri-

térios de avaliação comuns, deve ter a flexibilidade necessária para atender às características específicas do treinamento que proporcionam e adaptar-se às transformações impostas pela evolução dos conhecimentos científicos.

«A Conferência considera a alta qualidade dos recursos humanos com que contam os Centros como o requisito fundamental indispensável para a consecução de seus propósitos. Por êsse motivo, considera necessário que os docentes investigadores integrantes dos Centros:

«a) tenham idoneidade científica reconhecida;

«b) possuam aptidão para formar e instruir discípulos de alto nível;

«c) sejam em número suficiente para atender com eficiência às tarefas de pesquisa e treinamento;

«d) estejam submetidos, se possível em sua totalidade ou, pelo menos, em número suficiente, ao regime de dedicação exclusiva;

«e) recebam vencimentos condignos proporcionados às ofertas competitivas do mercado de mão-de-obra científico-tecnológica.

«Alguns grupos consideram indispensável que todo o pessoal científico do Centro trabalhe em dedicação exclusiva. Há acôrdo em que o Diretor ou seu equivalente deva estar submetido a êsse regime.

«Os Centros devem dispor das facilidades de local e equipamento adequados para o desempenho de suas funções. Os recursos financeiros devem ser tais que permitam e

assegurem planejamento e realização de programas a longo prazo, estabilidade e segurança na política de pessoal e condições favoráveis de manutenção e desenvolvimento. Como parte integrante de qualquer Centro, deve existir uma biblioteca bem provida de obras de referência e das principais revistas e outras publicações periódicas da especialidade. Será muito conveniente que o Centro possua equipamento para reprodução de textos e preparo de ilustrações e material de demonstração. A prestação, em âmbito geral, de serviços de informação e documentação estará na dependência dos recursos e facilidades existentes, sendo conveniente evitar que atividades não essenciais entrem ou dificultem a utilização da biblioteca pelos docentes-investigadores e bolsistas do Centro.

«Sendo a formação de nossos docentes-investigadores finalidade principal do Centro, a Conferência prestou especial atenção aos problemas referentes aos mesmos. Considerando-se ser a bolsa de estudos a forma habitual de remuneração e sustento desses elementos, são eles, neste documento, designados genericamente como «bolsistas». Para facilitar o recrutamento de bons candidatos, recomenda-se a difusão de informações sobre os Centros e sobre as possibilidades que oferecem de formação e treinamento. A Federação Pan-Americana de Associações de Faculdades de Medicina deverá tomar parte importante

na comunicação dessas informações às Faculdades do Continente. A escolha final dos bolsistas será feita pelo Centro, dentre os candidatos apresentados por instituições idôneas e já preliminarmente selecionados por elas. Os candidatos devem ser graduados, com antecedentes que façam presumir aptidões para a docência e a investigação, e garantias pela instituição de origem, de que, em seu retorno, encontrarão situação funcional, remuneração e meios de trabalho que lhes permitam usar com eficiência, na docência e na pesquisa, os conhecimentos e a experiência que houverem adquirido em seu estágio no Centro. O processamento da concessão de bolsa se fará sempre através da instituição de origem do bolsista. A formação e o treinamento deste serão feitos em programa individual, adaptado cuidadosamente às necessidades da instituição de origem e às condições pessoais do candidato. A integração do bolsista se fará mediante sua incorporação gradual e progressiva às atividades regulares de pesquisa e de ensino do Centro, inclusive naquelas de planificação, administração e coordenação dos trabalhos. No tocante à pesquisa, sua participação deverá ser ativa, com responsabilidade crescente, no trabalho experimental, até chegar à realização de pesquisa própria, como investigador principal ou independente. Será de toda vantagem que seu treinamento didático inclua o ensino para estudantes de Medicina, em grau suficiente para

familiarizá-lo com a didática moderna das disciplinas médicas. O aspecto psicológico de adaptação do bolsista ao meio não será descuidado, buscando estabelecer-se com ele as melhores relações humanas possíveis. A avaliação do rendimento deve levar em conta a dupla qualidade do docente e pesquisador, com ênfase especial na qualidade de executar pesquisa independente. Tal avaliação se estenderá, sob forma de acompanhamento, às atividades do bolsista após seu retorno, o que permitirá ajuizar não só de sua readaptação à instituição de origem, como da fidelidade deste aos compromissos assumidos e da autenticidade de seus programas de melhoria e desenvolvimento.

«Os critérios, para determinação do número de bolsistas a ser recebido em cada Centro, são necessariamente variáveis e dependem do tipo de adestramento visado (básico, clínico ou outro) e de várias outras condições. Recomenda-se, no entanto, que o número de bolsistas se limite às possibilidades efetivas de realizações de trabalho individual, ativo e corretamente supervisionado.

«Para cumprir satisfatoriamente com suas responsabilidades didáticas, é necessário que os Centros contem com pessoas capazes de planejar, organizar, conduzir e avaliar o ensino da metodologia da pesquisa e da docência, na especialidade correspondente. As possibilidades didáticas e de treinamento de um Centro poderão ser ampliadas e complementadas, a juízo dele pró-

prio e sob sua responsabilidade, pelo apêlo aos recursos de outras instituições idôneas. É conveniente, mas não indispensável, que o Centro **desempenhe atividades normais** e regulares de ensino pré-graduado, para que os bolsistas possam pôr em prática os conhecimentos didáticos adquiridos.

«A pesquisa científica, realizada com rigor metodológico, é fundamental para a formação e o treinamento dos bolsistas. Essa é uma razão a mais para que se recomende ao pessoal integrante do Centro a manutenção permanente de programas de pesquisa.

«Convém que os Centros se constituam em órgãos capazes de assistir a seus bolsistas com suprimento de material didático, destinado aos cursos que aqueles venham a ministrar nas instituições de origem. É indispensável, porém, que tal atividade não interfira com os trabalhos fundamentais do Centro. A mesma regra se aplicará às solicitações feitas ao Centro, para contribuições de natureza técnico-assistencial ou participação em programas de Medicina Pública.

«É de grande importância que os Centros gozem de autonomia didática e científica, e de liberdade para o desenvolvimento de seus programas. É, também, importante que os Centros estabeleçam conexões e intercâmbio com as instituições similares do seu e de outros países, desenvolvendo, inclusive, programas conjuntos de investigação e atividade docente.

«A Conferência recomenda que a Federação Pan-Americana de Associações de Faculdades de Medicina crie um órgão central, encarregado de promover a avaliação dos centros de docência e investigação atualmente existentes, e determinar quais dentre eles preenchem os requisitos necessários para serem utilizados como Centros de Pesquisa e Treinamento Avançado em Ciências Médicas. Esse órgão deverá promover a coordenação das atividades dos diversos Centros, proporcionar informações sobre os mesmos e sugerir medidas necessárias para o desenvolvimento de Centros já reconhecidos, ou para a melhoria de instituições que possam aspirar a um futuro reconhecimento».

Alunos da UMG

A 7 de setembro completou 37 anos de fundação a Universidade de Minas Gerais, que hoje conta com uma população estudantil de 8 304 alunos, distribuídos pelas suas Faculdades e Escolas, em cursos de graduação, pós-graduação, pré-vestibulares e no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia.

Nesse número incluem-se 6425 universitários (Conservatório Mineiro de Música, 250; Farmácia e Bioquímica, 210; Veterinária, 166; Ciências Econômicas, 868; Direito, 1057; Filosofia, 860; Medicina, 596; Odontologia, 267; Arquitetura, 294; Engenharia, 1730; Enfermagem, 21; Biblioteconomia, 50; Belas Artes, 56) e 1289 alunos dos cursos pré-universitários e 590 do curso secundário.

Pós-Graduação, ITA

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (São José dos Campos, SP) oferece, para 1964, os seguintes cursos de pós-graduação, todos em dois semestres, nas suas diversas Divisões:

Física e Química:

- 1) Mecânica clássica, I
Física moderna, I
Teoria eletromagnética, I
- 2) Físico-química
Mecânica clássica, II
Física moderna, II
Teoria eletromagnética, I

Matemática

- 1) Álgebra linear
Teoria da integração e aplicações
- 2) Análise funcional
Teoria matemática da probabilidade e estatística

Engenharia Aeronáutica

- 1) Análise matricial de estruturas
Teoria da elasticidade
Introdução à aeroelasticidade
- 2) Fadiga em estruturas
Tensões térmicas em aviões
Análise plástica das estruturas
Seminário de mecânica dos fluidos

Engenharia Eletrônica

- 1) Introdução às microondas, I
Introdução à física dos plasmas
Otimização de sistemas de controle e sinais aleatórios
Sistemas de controle com sinais amostrados
Seminário de técnicas digitais e informações
Tópicos de circuitos lineares e não lineares

Seminário de televisão em cores

- 2) Introdução às microondas, II
Otimização de sistemas de controle e sinais aleatórios
Sistemas de controle com sinais amostrados
Métodos de medidas em microondas
Tópicos de física dos plasmas
Tópicos de física do estado sólido e aplicações
Tópicos de sistemas de controle

Engenharia Mecânica

- 1) Seminário de termodinâmica
Tópicos de transmissão de calor e de massa
Tecnologia industrial avançada
Controle das propriedades e da estrutura de metais fundidos
- 2) Seminário de termodinâmica
Termodinâmica avançada
Transmissão por convecção e radiação
Organização da Produção

Escola Nacional de Música, UB

Festejou 116 anos, a 13 de agosto, a Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil.

Fundada em 1848, por Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional, a Escola teve origem no Conservatório de Música, fundado em 1841. Funcionou a princípio no Museu Imperial, no Campo de Sant'Ana, e, reorganizada, mudou-se em 1855 para a Imperial Academia de Belas Artes. Dois anos depois era inaugurada a sede pró-

pria do Conservatório na rua da Lampadosa (rua Luís de Camões). Finalmente, em 1911, passou a funcionar na rua do Passeio até que, em 1946, em virtude da lei nº 452, que criou a Universidade do Brasil, teve o nome de Escola Nacional de Música.

Universidade Católica da Bahia

«Mesmo que exista uma acentuada solicitação de técnicos para um futuro próximo, jamais a Universidade Católica perderá a sua nota dominante — a valorização da pessoa humana».

Fêz esta declaração Monsenhor Eugênio Veiga, Reitor da Universidade Católica da Bahia, em entrevista à imprensa baiana, acrescentando que a UC não faz distinções de credo político e religioso e está aberta a todos quantos buscam realmente o saber.

Já dispõe a UC de cinco unidades — Faculdade de Filosofia, Escola de Medicina e Saúde Pública, Faculdade de Direito, Escola de Serviço Social e Faculdade de Ciências Econômicas, em que estão matriculados 1149 alunos.

Dispõe a Universidade Católica de um terreno à Av. Barros Reis (22 hectares) onde em breve será construído o seu campus.

Faculdade de Filosofia, UEG

A 11 de agosto comemorou os seus 25 anos de existência a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara.

Pré-História

A convite do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, e por indicação do Museu do Homem, de Paris, o professor Claude Masset chegou a São Paulo a fim de ministrar aulas no curso de formação de arqueólogos.

Já neste semestre o professor Masset deu início a uma série de conferências semanais, desenvolvendo os seguintes temas:

Os vestígios arqueológicos: Quais os traços deixados pela passagem do Homem? — Em que medida se pode reconstruir o passado, tendo como ponto de partida os vestígios arqueológicos? — Noção de fóssil-diretor e seus limites.

Matérias-primas e trabalho humano: Como se distingue o trabalho humano do da ação dos elementos naturais? — As matérias duráveis e as técnicas de fabricação.

Descrição e identificação dos vestígios arqueológicos: Nomenclatura, fotografia, desenho e plantas. — Como se estabelece uma tipologia? — Métodos chamados estatísticos.

Exemplo de uma população pré-histórica: os Mustierenses da Europa: Inventário sumário dos vestígios por eles deixados — Alguns erros e hipóteses sem fundamento a seu respeito — Como chegar a um conhecimento positivo?

CECAU — PUC

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, visando a incrementar as atividades extracurriculares, criou o Centro Coordena-

dor de Atividades Universitárias (CECAU), que centralizará a vida religiosa, a educação física e os esportes, o movimento artístico, a vida social, conferências e seminários.

O padre Laércio Dias de Moura, Reitor da PUC, dirigirá o CECAU e nomeará coordenadores para cada setor, criando-se grupos de trabalho nas várias turmas das entidades da PUC.

As atividades do CECAU terão início ainda este ano.

Currículos Mínimos

Pelas Portarias nº 511, 512, 513 e 514, todas de 23 de julho, o sr. Ministro da Educação aprovou recomendações do Conselho Federal de Educação quanto ao currículo mínimo de quatro cursos superiores:

- 1) Fisioterapia e Terapia Ocupacional (port. nº 511)
 - a) Matérias comuns:
Fundamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Ética e História da Reabilitação
Administração Aplicada
 - b) Matérias específicas do Curso de Fisioterapia:
Fisioterapia Geral
Fisioterapia Aplicada
 - c) Matérias específicas do Curso de Terapia Ocupacional:
Terapêutica Ocupacional Geral
Terapêutica Ocupacional Aplicada

Os cursos terão três anos de duração.

2) Serviço Social (port. nº 512)

Para a formação de assistente social, o curso de Serviço Social constituir-se-á de 12 matérias e terá a duração de quatro anos:

- Introdução ao Serviço Social
- Serviço Social de Casos
- Serviço Social de Grupos
- Desenvolvimento e Organização da Comunidade
- Administração em Serviço Social
- Psicologia
- Sociologia
- Pesquisa Social
- Economia Social
- Direito
- Ética
- Higiene e Medicina Legal

3) Curso de Obstetrícia (port. nº 513)

O Curso de Obstetrícia, para a formação de obstetrix ou enfermeira obstétrica, será de três anos, compreendendo as seguintes matérias:

- Fundamentos da Obstetrícia
- Enfermagem Médica
- Enfermagem Cirúrgica
- Enfermagem Obstétrica e Ginecológica
- Ética e História da Obstetrícia
- Administração
- Gravidez, Parto e Puerpério Normais
- Gravidez, Parto e Puerpério Patológicos
- Assistência à Gestante, à Parturiente e à Puérpera
- Assistência ao Recém-Nascido

Diz o art. 2º da Portaria e parágrafo único: «A enfermeira poderá completar o Curso de Obstetrícia com mais um ano de estudos das

matérias que para tanto lhe faltam: análogamente, a obstetrix poderá completar o Curso de Enfermagem. Os cursos de Enfermagem e de Obstetrícia poderão articular-se por meio de um tronco comum de dois anos, organizado pelas escolas em seus regimentos».

4) Curso de Nutricionista (port. nº 514)

O Curso de Nutricionista consta de dois ciclos, com a duração de três anos:

- a) Ciclo Básico:
Anatomia, Histologia e Fisiologia Humanas
Bioquímica e Química Bromatológica
Dietética
Psicologia
Microbiologia
- b) Ciclo Profissional:
Fisiopatologia da Nutrição
Técnica Dietética e Arte Culinária
Planejamento, organização e administração dos serviços de alimentação
Sociologia e Economia aplicadas
Dietoterapia
Puericultura e Dietética Infantil
Higiene e Administração da Saúde Pública
Pedagogia aplicada à Nutrição
Estatística e Inquérito de Nutrição

Diz o art. 3º: «As Escolas poderão manter cursos de especialização de mais um ano, para estágios especiais em serviços de assistência, de educação, hospitalares etc. e em institutos de pesquisas sobre nutri-

ção, a critério de cada estabelecimento de ensino».

Escola de Administração, UBA

O Setor de Administração Pública da Escola de Administração da Universidade da Bahia, que iniciou as suas atividades em 1962, tem procurado exercer influência positiva no melhoramento dos padrões administrativos da comunidade baiana, segundo declarou à imprensa local o seu diretor, professor Lafaiete Pondé.

«Nos programas de ensino, pesquisa e assistência técnica que o Setor oferece, há uma constante na preocupação com as necessidades, peculiaridades e problemas da administração estadual da Bahia...

«Além de formar como objetivo prioritário bacharéis em administração pública, a Escola ofereceu, em 1962 e 1963, dois cursos de nível pós-graduado com duração média de oito meses, a altos funcionários de nível universitário, no propósito de integrar modernas teorias e métodos de administração com a pesquisa sobre problemas e condições peculiares da administração pública na Bahia. Em 1963 experimentou-se, em dez meses, um programa de treinamento de especialistas de nível médio em várias áreas de administração geral e, através de um convênio com o Tribunal de Contas do Estado, o Setor ofereceu um curso de treinamento em serviço com características de experiência pioneira.

«Constitui aspecto fundamental do ensino de administração pública na Escola o enfoque nos problemas

e peculiaridades da situação brasileira e baiana. Fugimos ao simples estudo de métodos estrangeiros, sem uma apreciação profunda de nosso ambiente. Daí a importância que damos, naquele Setor, à integração das atividades de ensino e pesquisa da realidade.

«A partir de janeiro do corrente ano teve grande impulso o programa de pesquisa do Setor de Administração Pública da Escola, graças a uma doação da fundação Ford, no valor de 132 mil dólares, para um período de quatro anos.

«Essa ajuda tem possibilitado, a professores e a alunos de administração pública, a participação em atividades extra-classe de pesquisa, das quais resultará, no corrente ano, a publicação de trabalhos sobre organização e as funções da administração estadual na Bahia».

Cidade Universitária, UB

A Universidade do Brasil deverá ser toda transferida para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, dentro de três anos, segundo providências que serão tomadas pela Comissão de Reforma Universitária integrada pelos professores Paulo de Góis, Carlos Chagas Filho, Jorge Kafuri, Oscar de Oliveira, Leme Lopes, Mauro Viegas e Alfredo Osório.

Dentro do cronograma elaborado pela reforma foram criados os centros Biomédico, de Ciências Exatas e Tecnológicas, de Humanidades, Ciências Sociais e de Assuntos Estudantis, que agruparão todos os Institutos Básicos e Especializados,

departamentos, faculdades e escolas.

A comissão de reforma pretende transferir até março de 65 a reitoria da UB para a ilha do Fundão, sabendo-se que o Senado já aprovou a transferência do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, que constrói a Cidade Universitária, da jurisdição do DASP para a Universidade, a fim de proporcionar maiores facilidades para terminar a obra. O decano Paulo de Góis informou na última reunião da comissão que será necessário o rezoneamento de toda a área e a urbanização da ilha para melhor aproveitamento dos 450 000 metros quadrados que deverão abrigar os novos centros criados. Serão escalonados também os planos de mudança de acordo com a verba de 2,667 milhões de cruzeiros destinada para este ano, sendo de 6 bilhões a de 1965.

Acha o professor Jorge Kafuri que cada centro criado deverá ter

um coordenador, que estudará com diretores das unidades as necessidades de edificações e equipamentos, sendo possível ainda a ajuda de entidades estrangeiras à conclusão da Cidade Universitária. Será necessário também a nomeação de um coordenador para o ETUB e a execução das obras, a solução dos problemas de urbanização, transporte e telecomunicações para a ilha.

A comissão de reforma aprovou as seguintes nomeações de coordenadores: Carlos Cruz Lima, Centro Biomédico; Oscar de Oliveira, Centro de Ciências; Faria Góis Sobrinho, Centro de Humanidades; Leme Lopes, Centro de Assuntos Estudantis; Administrador-Geral-Prefeito da Cidade Universitária, Mauro Viegas; Comissão de Administração de Obras e Urbanização, Alfredo Osório, Nestor de Oliveira Jr., Lauro Sollero e Mauro Viegas.

ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO

Escassez de Técnicos na América Latina

Os países da América Latina — segundo declarou o sr. João Gonçalves de Souza, diretor do Departamento de Cooperação Técnica da OEA, em conferência no Colégio Interamericano de Defesa — necessitam, atualmente, de pelo menos 20 000 especialistas de alto nível.

Reproduzimos abaixo o trecho da conferência correspondente à situação atual da América Latina e à formação de técnicos:

«Os países da região estão encontrando séria dificuldade para apres-

sar e racionalizar o processo global de seu desenvolvimento. Esta dificuldade resulta do número relativamente limitado de técnicos de todos os níveis e de pessoal profissional para as necessidades existentes.

Atualmente, os países da área necessitam de, pelo menos, 20 000 especialistas de nível elevado. Para cada 10 000 habitantes latino-americanos, há somente uma média de 8 alunos fazendo curso superior. E mesmo quando se graduam, pelas diferentes universidades, 57% formam-se em Direito e Medicina, e somente 2% em Agricultura, Economia, Veterinária e Química Industrial, carreiras estas vitais ao desenvolvimento econômico e social. Das 45 escolas superiores de Agronomia existentes na América Latina, somente 4 oferecem cursos no nível de pós-graduação. Como a economia de nossos países ainda, em grande parte, se fundamenta na produção agropecuária, tendo em vista a situação que acabamos de assinalar, nota-se a dificuldade de conseguir-se êxito na realização dos programas de desenvolvimento agrícola sem técnicos na quantidade e com a qualidade indispensáveis. O treinamento do potencial humano da América Latina para as novas exigências da época atual é fator necessário e indispensável ao progresso econômico, social e cultural dos 200 000 000 de habitantes da região.»

«A América Latina possui número razoável de universidades, distribuídas pelos 20 países que a integram. Mas a maioria dessas instituições necessita não apenas de professores qualificados e de tempo integral, como também de equipamento técnico-científico, de modo a assegurar a colaboração aos programas nacionais. Para começar, devo dizer que

a quase totalidade desses institutos superiores de ensino operam à margem dos grandes problemas do meio em que se localizam. São instituições burocráticas, com professores, muitas vezes, sem sentido social de seu dever. A esta situação corresponde outra, relativa às condições negativas, porque excessivamente teóricas, em que o ensino técnico-científico é ministrado.

«Em relação com este aspecto da questão, outros fatores devem ser também levados em consideração, como, por exemplo: a) oferta insuficiente de vagas, em relação ao mínimo de candidatos interessados nas **carreiras mais úteis, como Agronomia, Engenharia e Química, Ciências Biológicas e Sociais;** b) por outro lado, oferta abundante de oportunidades às **carreiras humanísticas** ou que já produziram número razoável de diplomados, como Direito, Filosofia, Medicina, Literatura, Jornalismo etc.; c) o rendimento escolar nas instituições mais úteis é bastante baixo pois bem reduzido é o número daqueles que, havendo conseguido matricular-se em cursos universitários, têm a oportunidade de concluí-los; d) os professores são, muitos deles, improvisados e, quando competentes, exercem com freqüência mais de uma atividade; e) o regime de falta de especialização no nível de pós-graduado e o magistério sob a forma de tempo parcial tornam o ensino superior inadequado às necessidades de um processo pedagógico moderno para responder aos requerimentos da era tecnológica em que o mundo vive;

f) entre alunos e professores nas universidades mais antigas há ainda muita «distância», e o currículo nem sempre está adaptado aos interesses dos alunos e às exigências da comunidade; g) o ensino teórico estran-gula a parte prática, de tal sorte que o grande problema que surge aos que conseguem concluir a universidade é o de conseguir trabalho produtivo imediato nas profissões que elegeram.

«Há um clima bastante sensível em relação a toda esta página negativa. Há modificações e resultados positivos a que me refiro em outra parte desta explanação. Mas, como esta mudança toma tempo e exige não só dinheiro, mas especialmente decisão governamental firme, os resultados não estão à altura das necessidades mais evidentes da região.»

«A população da América Latina cresce em ritmo superior a qualquer outra região do mundo. Em verdade, durante os últimos 20 anos, o índice de crescimento demográfico passou de 18,6 por 1 000 a 20 por 1 000. Em apenas 31 anos, de 1950 a 1981, a população latino-americana, em seu conjunto, passará de 155 milhões a 300 milhões, ou seja, duplicará.

«É evidente que esta expansão demográfica, ao lado do desejo generalizado por mudança e progresso, aumenta a necessidade de pessoal técnico especializado, nos anos futuros. Principalmente se levamos em consideração a evolução nítida, em muitos dos Estados da região, tendente à transformação de sociedades tradicionalmente agrícolas

em sociedades industriais e urbanas.

«Seria difícil projetar-se a carência de técnicos, nos níveis superior e médio, para os próximos 10 anos, pois previsões neste terreno são muito problemáticas. Mas a América Latina teria de dar treinamento especializado para o futuro imediato, digamos nos próximos 5 anos, seja na região, seja nos Estados Unidos ou em países extracontinentais (Europa, Israel, Japão etc.) a cerca de 100 000 homens.

«Este volume de técnicos de alto nível profissional deve distribuir-se segundo as quantidades abaixo estimadas e para as seguintes especialidades: 15 000 agrônomos e técnicos em extensão rural; 20 000 engenheiros em diferentes especialidades; 10 000 economistas; 10 000 professores e «staff» técnico de universidades; 10 000 para ensino vocacional de nível médio; 10 000 administradores públicos e de empresas; 5 000 veterinários; 5 000 cientistas, matemáticos e estatísticos; e 5 000 para outras disciplinas correlatas ao desenvolvimento econômico e social.

«Este programa, repito, para um período de 5 anos, custaria um total aproximado de 400 milhões de dólares, ou seja, 80 milhões por ano, recursos que se estima existirem em fontes nacionais e internacionais, em dólares, moedas locais e serviços, caso exista um plano tecnicamente bem elaborado e uma vontade clara e firme dos governos para conduzi-lo.»

«É evidente que este programa de capacitação de pessoal técnico e científico a longo termo deve repousar, fundamentalmente, sobre instituições nacionais.

«Antes de tudo, o problema consiste em identificar, no conjunto de todas as universidades existentes, aquelas que, por sua localização, experiência, organização e facilidades internas, considerado ainda o quadro do magistério existente, possam ser tomadas com prioridade para a realização desse programa. Como o problema da educação em geral e o da formação de técnicos em particular são parte integrante de um conjunto de outros problemas, para cuja solução o capital nacional se apresenta como fator escasso, os novos investimentos no setor da educação técnico-científica em nossos países deverão ser feitos à luz de uma política de prioridades, baseada no maior rendimento. Disciplinas e carreiras como as acima mencionadas devem receber a primeira preferência. Inicialmente, o esforço deveria consistir em selecionar, por exemplo, umas 15 universidades melhor qualificadas para funcionar como instituições multinacionais ou regionais, a fim de cobrir as necessidades de pessoal técnico do hemisfério sul. Nestas instituições, devidamente apoiadas com recursos substanciais para treinamento de professores e aquisição de material, estabelecer um sólido programa de treinamento em alto nível, utilizando as técnicas do «training in service», mediante articulação direta com missões e professores internacionais destacados na região ou no

país, recebida a colaboração de universidades estrangeiras, de consórcios universitários e de fundações continentais ou extra-continentais. Este treinamento se faria procurando preparar os elementos humanos para programas nacionais em curso em cada país, relacionados ou não com a Aliança Para o Progresso.

«Meramente a título exemplificativo, relaciono abaixo a lista de 15 campos ou especialidades essenciais ao desenvolvimento da América Latina em direta relação com os países que possuem experiência e grandes possibilidades de treinamento nessas mesmas especialidades. Cada um em seu setor especial, estes centros regionais de investigação e treinamento trabalhariam em perfeita coordenação, dentro de um sentido comum de colaboração regional nos planos econômico, técnico e cultural.

«Estes centros, além de preparar o pessoal do país em que se localizam, nas respectivas especialidades, estariam de portas abertas para estudantes e professores interessados, dos países latino-americanos, devendo estar em condições de emitir títulos válidos dentro e fora do continente.

«Isto, no plano regional, pois, dentro de cada país, as universidades deveriam ser selecionadas pelo respectivo governo, a fim de receberem assistência preferencial para o programa de formação de técnicos nacionais em escala mais ampla, principalmente os de nível médio e de operários especializados para os se-

tores agrícola, industrial e de serviços.

«Dentro desta linha de pensamento, o que pretendo destacar é a necessidade de selecionar e reforçar

instituições de alto ensino e pesquisa já existentes e, por seu intermédio, projetar e promover um programa consciente e gradual de formação profissional».

Ordem	Especialidade ou campo de treinamento	Países que podem proporcionar treinamento
1	Energia nuclear para fins pacíficos	Argentina, Brasil e México
2	Hidráulica e Irrigação	Argentina, Brasil, Chile e México
3	Geologia e Minas	Peru e Bolívia
4	Transportes	Argentina, Brasil e México
5	Planejamento físico e desenvolvimento regional	Argentina, Brasil, México, Costa Rica, Colômbia
6	Economia e desenvolvimento rural agronomia e veterinária	Argentina, Brasil, Costa Rica, Colômbia, Guatemala, México, Cuba e Uruguai
7	Indústria têxtil	Argentina e Brasil
8	Siderurgia	Argentina, Brasil, Chile, Peru, México e Venezuela
9	Petróleo	Argentina, Brasil, México e Venezuela
10	Mecânica, motores e veículos	Argentina, Brasil, México e Venezuela
11	Química	Argentina, Brasil, México e Venezuela
12	Eletrônica	Argentina e México
13	Economia	Chile, México e Brasil
14	Administração pública	Argentina, México, Venezuela, Brasil e Costa Rica
15	Administração de empresas	Argentina, México, Venezuela e Brasil

Treinamento de Cientistas e Técnicos na América Latina

Em artigo publicado em **Impact**, 1963, o professor Carlos Chagas, diretor do Instituto de Biofísica, da Universidade do Brasil, estudou o problema do treinamento de cientistas e técnicos na América Latina.

Dêse artigo traduzimos, a seguir, alguns trechos.

«Um dos grandes obstáculos à melhoria da compreensão da ciência e da tecnologia nos países latino-americanos decorre da deficiência da educação primária e secundária. Como pode a ciência ser compreendida por quem nunca esteve em contato com ela? Não se ensina ciência nas escolas, ou então é ensinada de modo tão pouco imaginativo que muitas vezes endereça o estudante para os estudos clássicos. A maneira pela qual se ensina matemática e física é, em geral, o melhor exemplo para a afirmativa que acabamos de fazer. Esta falta de raciocínio científico e de estudo das ciências nas escolas primárias e secundárias se reflete, de maneira significativa, em estágio posterior, no treinamento científico e tecnológico».

O autor discute então dois pontos — o analfabetismo, que limita substancialmente o recrutamento geral de cientistas e tecnólogos, e a necessidade de projetos-piloto para a adaptação de novos currículos, com a introdução da ciência mais cedo e a incorporação de programas de física e de química. São excelentes, nesse sentido, os proje-

tos organizados pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts e pela Sociedade Americana de Física.

«Não é fácil a melhoria do ensino da ciência nas escolas. Para tanto os professores necessitam de treinamento suplementar, mesmo nos países desenvolvidos. A verba destinada a êsse objetivo nos Estados Unidos, por exemplo, é substancial. Essa despesa poderia ser evitada nos países latino-americanos se os professores fossem treinados de acôrdo com as necessidades da educação científica nos currículos primário e secundário».

O professor Carlos Chagas discute, a seguir, a falta de prestígio do ensino secundário, o custo do equipamento, o acesso dos estudantes aos instrumentos e às experiências, para chegar ao papel pequeno, modesto e ineficaz que têm desempenhado as Universidades na América Latina.

«Para ter alguma significação para os países latino-americanos na marcha para o progresso, as Universidades terão de mudar de filosofia, tanto quanto de estrutura. Nos países em desenvolvimento uma Universidade moderna deve ser, essencialmente, uma instituição de pesquisa. É porque empreende pesquisas que ensina. Isto pode parecer um truísmo, mas deve ser repetido. Com efeito, o conceito de pesquisa é inseparável do de Universidade. Somente como instituto de pesquisa pode a Universidade dar aos seus estudantes o conhecimento de que necessitam. Isto é particularmente verdadeiro no campo da ciência e da tecnologia. Os

conceitos, métodos e técnicas em rápida mutação que caracterizam todos os campos da ciência moderna só podem ser compreendidos pelo professor e transmitidos aos estudantes se o pessoal docente estiver em dia com a evolução das idéias da ciência moderna».

Daí a necessidade de dar às estruturas universitárias a flexibilidade exigida pelo tempo. «Isto significa que, em vez de Faculdades e Escolas, as Universidades modernas devem ter departamentos e institutos básicos, por meio dos quais se torne possível a inter-correlação de disciplinas. (...) Uma das vantagens dêsse sistema é a de levar a pesquisa moderna mais diretamente ao conhecimento dos estudantes». O sistema da cátedra, na opinião do autor, que declara ter sido titular de uma delas durante 27 anos, «é grandemente responsável pela ineficiência das Universidades latino-americanas». O autor aponta a Universidade de Brasília, «que representa um completo afastamento da estrutura clássica das Universi-

dades latino-americanas», acrescentando «o futuro das Universidades brasileiras depende muito do êxito dessa experiência».

Como medidas imediatas para transformar a atual política de treinamento de cientistas e técnicos propõe o professor Carlos Chagas, em plano nacional:

«O primeiro passo seria advogar um desenvolvimento considerável das Faculdades de Ciências. Isto teria de ser acompanhado pela introdução dos cursos pós-graduados em disciplinas científicas e tecnológicas. Muito se ganharia, também, se os centros mais adiantados de pesquisa se interessassem — ainda que durante pequenos períodos — pelo treinamento de cientistas, em base regional quando possível».

Importante lhe parece desfazer o círculo vicioso — «que torna difícil o desenvolvimento da ciência porque não há cientistas e tecnólogos treinados em número suficiente e, inversamente, impossível o treinamento de cientistas porque a vida científica não tem atrativo».

ATOS OFICIAIS

Legislação

Lei nº 4376 — 17/8/64 — Dispõe sobre a prestação do serviço militar por estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e por médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários (D. O., 26/8/64).

Dec. nº 54038 — 23/7/64 — Re-

conhece a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, de Teresina, PI (D. O., 28/8/64).

Dec. nº 54061 — 28/7/64 — Regulamenta o regime de Tempo Integral previsto nos artigos 11 e 12 da Lei nº 4345, de 26/6/64 (D. O., 30/7/64).

Dec. nº 54097 — 5/8/64 — Ex-

clui da proibição constante do Decreto nº 54 003, de 3/7/64, as nomeações para cargo de magistério (D. O., 7/8/64).

Dec. nº 54 215 — 27/8/64 — Considera os Jogos Universitários Brasileiros como atividade universitária regular para efeito de cômputo de frequência (D. O., 31/8/64).

Reitores

Foram nomeados Reitor

— da Universidade do Recife — Murilo Humberto de Barros Guimarães (Faculdade de Direito);

— Da Universidade da Paraíba — Guilardo Martins Alves (Faculdade de Medicina);

— da Universidade de Alagoas — Aristóteles Calasans Simões (Faculdade de Medicina).

Diretores

Foram nomeados diretor, todos na Universidade da Paraíba;

— da Faculdade de Direito — Agnelo Amorim Filho, catedrático de Direito Civil;

— da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande — José Paulino da Costa Filho, catedrático de Contabilidade Geral;

— da Faculdade de Farmácia — José Régis Albuquerque, catedrático de Zoologia e Parasitologia;

— da Faculdade de Medicina — Lauro Guimarães Vanderlei, catedrático de Clínica Ginecológica;

— da Escola de Engenharia — Serafim Rodrigues Martínez, catedrático de Geometria Descritiva e Projetiva.

Professôres Catedráticos

Foram nomeados professor catedrático:

— de Anatomia, Faculdade de Odontologia, Universidade do Pará — Manuel da Silva Braga;

— de Instituições de Direito Público, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Ceará — Humberto Fontenele da Silveira;

— de Química Orgânica e Química Biológica, Faculdade de Filosofia, URGs — Tuiskon Dick;

— de Organizações e Contabilidade Industrial e Agrícola, Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, UB — Umberto Montano.

Aposentados

Foram aposentados os professores catedráticos

— José Montenegro Guimarães, Prótese Buco-Facial, Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão;

— Arnaldo Prado, Valor e Formação de Preços II, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Ceará;

— Francisco Alípio Bruno Lobo, Histologia e Embriologia Geral, Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro;

— Geraldo Trindade, Microbiologia, Escola de Farmácia de Ouro Preto;

— José Soriano de Souza Neto, Direito Civil, Faculdade de Direito,

Universidade do Recife;

— Osvaldo Pilôto, Estatística Educacional, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade do Pará;

— Paulo Andrade Magalhães Gomes, Desenho Técnico, Escola de Minas de Ouro Preto;

— Sátiro Alexandrino Nogueira, Direito Judiciário Civil, Faculdade de Direito do Piauí;

— Milton Erichsen Carneiro, Zoologia e Parasitologia, Faculdade de Farmácia, e Parasitologia, Faculdade de Medicina, Universidade do Paraná;

— Peri Pinto Diniz da Silva, Instituições de Direito Privado, Faculdade de Ciências Econômicas, URGs.

Conselho Federal de Educação

* O professor Vandick Londres da Nóbrega foi nomeado para exercer, interinamente, nos impedimentos do Conselheiro Dom Hélder Câmara, as funções de Membro do Conselho Federal de Educação.

* O professor João Peregrino da Rocha Fagundes Júnior foi nomea-

do para exercer as funções de Membro do Conselho Federal de Educação, no impedimento do Conselheiro Anísio Spínola Teixeira.

Instituto Tecnológico de Aeronáutica

Pela Portaria nº 964-GM-3, de 24 de agosto, o sr. Ministro da Aeronáutica baixou instruções sobre a organização do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e o funcionamento dos seus cursos (D. O., 27/8/64).

Métri Bacila

O professor Métri Bacila, da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade do Paraná e Membro do Conselho Deliberativo da CAPES, foi autorizado a ausentar-se do país, por seis meses, a fim de realizar pesquisas nos Estados Unidos e assistir ao VI Congresso Internacional de Bioquímica, a realizar-se em Nova Iorque (D. O., 24/8/64).

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.